



ACESSO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO RURAL DO SUDOESTE – FOCO NA SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO REGIONAL DE RIO VERDE

**Kássia Anniély Silva Gomes¹ Estudante (IC)*;
Divina Aparecida Leonel Lunas² Pesquisadora (PQ).**

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Santa Helena de Goiás.¹

Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.²

Este trabalho tem como foco analisar o PNAE especificamente na Regional da Subsecretaria de Educação de Rio Verde – Goiás que congrega um número elevado de escolas públicas estaduais e gerencia os principais municípios do Território Rural do Sudoeste. Este estudo tem como objetivo geral estudar o PNAE na região pesquisada quanto ao volume, acesso e entraves para a agricultura familiar. Após esta etapa haverá o levantamento de dados secundários quanto ao volume de recursos implementados no PNAE no Estado de Goiás e especificamente para a região pesquisada. Estes dados serão analisados para indicar a participação da agricultura familiar no volume destinado ao programa. Os dados coletados foram descritos, analisados e interpretados visando caracterizar o PNAE e sua eficiência para a inserção da agricultura familiar no mercado formal de venda de produtos para a merenda escolar da região. Conclui-se dos dados analisados que dos municípios pertencentes ao Território Rural do Sudoeste Goiano o município que mais se destaca na implementação do PNAE é o município de Rio Verde, onde é possível notar uma participação ativa dos agricultores familiares do município em vender seus produtos produzidos em suas parcelas ou chácaras reforçando a alimentação dos alunos nas instituições de ensino do município.

Palavras-chave: Alimentos. Escolas. FNDE. Secretarias. PNAE. Municípios.

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE brasileiro é um dos instrumentos mais importantes para a agricultura familiar na sua inserção no mercado e da sustentabilidade do processo produtivo. De acordo com o FNDE (2014), a Lei nº 11.947, em vigor desde 16 de Junho de 2009, determina que o valor mínimo repassado aos Estados, Municípios e DF para a compra de gêneros alimentícios destinados à Alimentação Escolar, provenientes da Agricultura Familiar e dos empreendedores familiares rurais é de 30%.

Este programa é um importante gerador de renda para a agricultura familiar possibilitando que haja um acesso mais rápido e constante ao valor pago pelos alimentos fornecidos criando desta forma um mercado para o segmento da agricultura familiar. Estes programas se tornam ainda mais importantes em regiões



que tem um forte desenvolvimento do agronegócio tradicional, comandado pela integração com as agroindústrias, caso da região do Sudoeste Goiano, região de localização do Território Rural Sudoeste.

De acordo com os dados do Portal dos Nedets (2017) O Território Rural Sudoeste - GO está localizado na região Centro-Oeste e é composto por 12 municípios: Acreúna, Cachoeira de Goiás, Castelândia, Maurilândia, Montividiu, Paraúna, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra, São João da Paraúna e Turvelândia.

Este trabalho tem como foco analisar o PNAE especificamente na Regional da Subsecretaria de Educação de Rio Verde – Goiás que congrega um número elevado de escolas públicas estaduais e gerencia os principais municípios do Território Rural do Sudoeste, descrevendo o processo de aquisição de alimentos para a merenda escolar oriundos especificamente da agricultura familiar da região e as tendências verificadas neste programa quanto ao acesso e volume de recursos destinados ao segmento dos agricultores familiares.

Este estudo tem como objetivo geral estudar o PNAE na região pesquisada quanto ao volume, acesso e entraves para a agricultura familiar. Deste objetivo delimitou-se os seguintes objetivos específicos: fazer um levantamento dos recursos empregados no PNAE na região delimitada da pesquisada, descrevendo a evolução e tendências destes recursos; analisar o perfil dos segmentos da agricultura familiar que tem acesso ao PNAE na região pesquisada e apontar os tendências e perspectivas verificadas pelo estudo para o PNAE na região pesquisada para a agricultura familiar.

Material e Métodos

Neste estudo a primeira etapa foi a análise bibliográfica para descrever a constituição do PNAE e sua importância enquanto instrumento de inserção da agricultura familiar num mercado formal de venda de produtos. Após esta etapa foi realizado o levantamento de dados secundários quanto ao volume de recursos implementados no PNAE no Estado de Goiás e especificamente para a região





pesquisada. Estes dados foram analisados para indicar a participação da agricultura familiar no volume destinado ao programa, visando caracterizar o PNAE e sua eficiência para a inserção da agricultura familiar no mercado formal de venda de produtos para a merenda escolar da região.

Resultados e Discussão

A constituição do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE ocorreu no ano de 1955, com sua criação a intenção era a de transferir recursos do governo federal para os estados e municípios, para garantir uma maior oferta na aquisição de alimentos nas escolas (WAGNER, 2015, p.48).

Ainda de acordo com Wagner (2015) no ano de 2009, surgiu a Lei Federal nº 11.947, com a criação desta lei estabeleceu-se que o PNAE seria o instrumento para desenvolvimento local, por incentivar a produção e aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais, indígenas ou quilombolas (BRASIL, 2009).

Com a criação do PNAE, procurou-se diversificar o consumo de alimentos nas escolas, preferindo principalmente o consumo de vegetais, frutas e carnes, etc.

Em se tratando da lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, precisamente o artigo 14, se refere que dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% dos recursos devem ser repassados para a aquisição de alimentos que venham de origem da agricultura familiar.

Para que o alimento produzido pelo agricultor familiar possa fazer parte do consumo diário de crianças em escolas e creches é necessária à adoção de uma série de etapas para que por fim o alimento chegue ao prato das crianças nas escolas.

A alimentação deverá respeitar os aspectos nutricionais, a cultura de cada região e também como e quanto cada aluno necessita de alimentação por dia, dependendo da porção ofertada que varia de acordo com a faixa etária da criança,

outra consideração a se levar é se os alunos são portadores de doenças celíacas, tendo um cardápio específico para cada caso (BRASIL, 2009).

O PNAE é um dos programas do governo federal que auxiliam o pequeno agricultor a inserir seus produtos alimentícios produzidos no campo em escolas de grandes e pequenas cidades. Além de incentivar o consumo diversificado e saudável de alimentos naturais, sem o consumo exagerado de produtos industrializados por crianças, o que geraria problemas de saúde a longos prazos.

A Secretaria de Educação de Goiás (SEDUCE - GO) é responsável por assegurar que alunos de escolas municipais e estaduais recebam alimentação saudável, rica e nutritiva. Todos os cardápios são elaborados por nutricionistas, que tem como lista básica alimentos como: arroz, feijão, soja, peixes, hortifrutigranjeiros, carnes, ovos e macarrão (SEDUCE, 2018a).

A administração estadual de Goiás conta com um total de dez secretarias. A secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE) e além de outras sub divisões que apresentam alguma relação com a área da educação. Além do mais possui secretarias ligadas a saúde, esporte, desenvolvimento econômico e a Mulher. A superintendência executiva de educação é composta por seis superintendências, como a de Educação, ensino médio e programas educacionais especiais. Por todo o estado tem aproximadamente 40 subsecretarias regionais de educação que atuam de forma descentralizada (Instituto Unibanco, 2017).

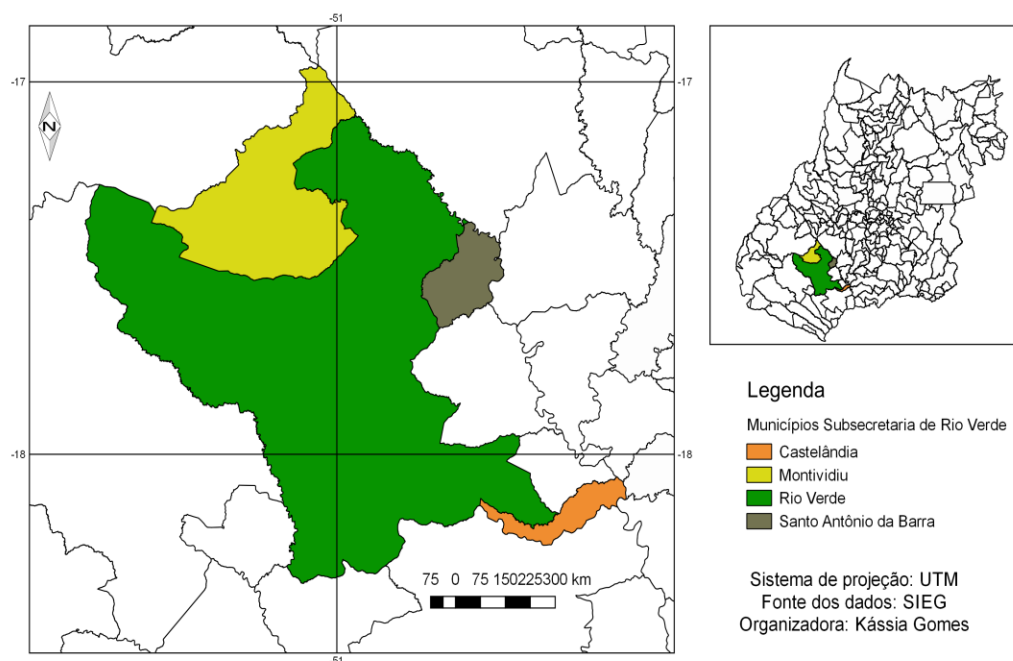
De acordo com a Secretaria de Educação de Goiás (SEDUCE – GO) o programa de alimentação escolar em Goiás é desenvolvido de forma descentralizada, onde os recursos repassados pelo FNDE são transferidos as contas das unidades escolares, através da GANE/SEE – GO (Gerência de Alimentação e Nutrição Escolar). Outra instituição envolvida no acompanhamento e aplicação dos recursos Federais às contas do PNAE é o CAE (Conselho de Alimentação Escolar) (SEDUCE – GO, 2018b).

Os municípios que fazem parte da Subsecretaria Regional de Educação de Rio Verde são: Castelândia, Montividiu, Santo Antônio da Barra e o próprio município de Rio Verde, como mostra a figura 1. Rio Verde é o maior município do Território Rural do Sudoeste Goiano, possui uma população rural de 12,884

habitantes de acordo com o Censo Demográfico de 2010, e uma extensão de área de 8,379.66 km² (CGMA, 2015).

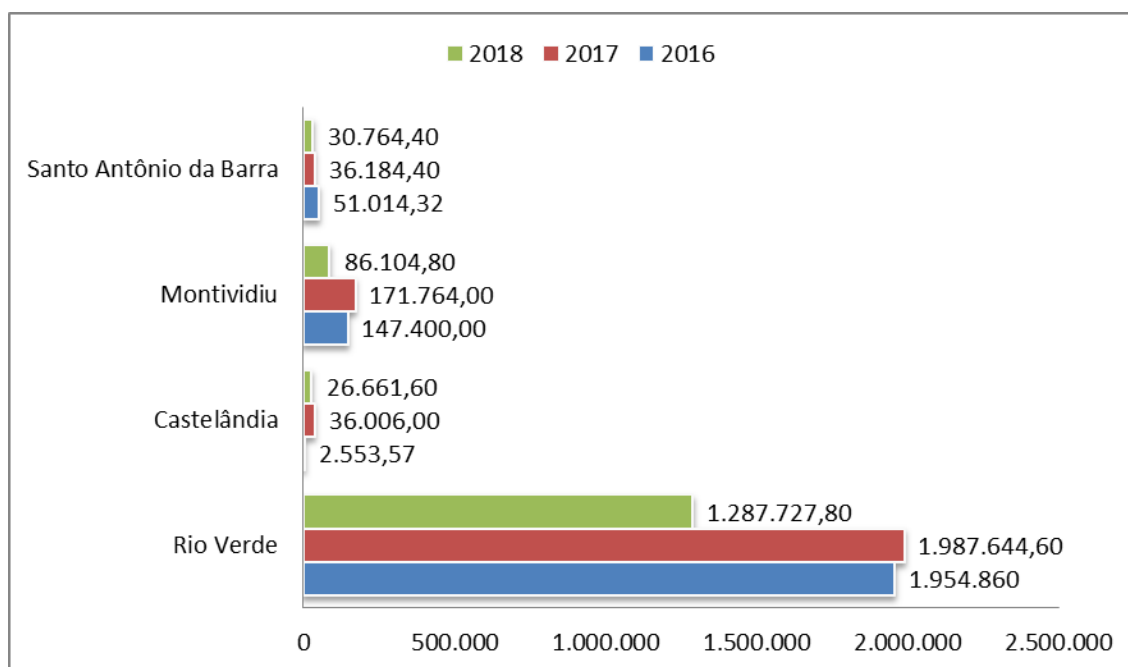
Figura 1: Municípios que fazem parte da subsecretaria de Rio Verde – GO

SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE RIO VERDE – GOIÁS



Conforme destaca a Figura 2, o município de Rio Verde tem a maior participação em valores transferidos pelo FNDE nos anos de 2016, 2017 e 2018 o que contribui para o avanço do agricultor familiar e uma alimentação mais diversificada nas instituições de ensino. Os municípios com menores aquisições de valores por parte do FNDE são Castelândia e Santo Antônio da Barra, mas em se tratando da extensão territorial de ambos o valor está bem dentro do esperado a ser repassado pelo Governo Federal. Castelândia e Santo Antônio da Barra são um dos menores municípios que fazem parte do Território Rural do Sudoeste Goiano.

Figura 2: Recursos repassados aos municípios da Subsecretaria de Rio Verde para aplicação no PNAE



Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2018).

De acordo com a Secretária de Estado, Educação, cultura e Esporte – SEDUCE Goiás, no ano de 2012 eram atendidos 528.562 mil alunos pelo PNAE no estado de Goiás. E os repasses do governo federal para o município de Rio Verde foram cerca de R\$ 1.987.644,60 no ano de 2017 (figura 2). E de alunos atendidos neste município também no mesmo ano somaram cerca de 20 mil alunos atendidos pelo PNAE, que vão desde escolas de tempo integral, ensino fundamental, pré-escola e ensino de jovens e adultos (FNDE, 2017).

Alguns dos alimentos pedidos no edital de chamada pública Nº 003/2018 do município de Rio Verde são: alho, abacaxi pérola, abobora cabotiá, banana prata, batata doce lisa, batata inglesa lisa lavada, cebola, couve tipo manteiga, laranja, etc. Estes alimentos fazem parte da lista para atender as necessidades da secretaria de educação do município de Rio Verde. E tem um valor estimado de chamada pública de R\$ 395.533,48 que são baseados em orçamentos fornecidos por empresas que trabalham no ramo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE, 2018).



A qualidade que os alimentos são fornecidos e consumidos em países que estão em desenvolvimento é de grande importância, em geral alimentos que fazem parte da alimentação diária da população são alimentos que possuem baixo teor nutricional ou são contaminados, o que pode desencadear o aparecimento de doenças, e nesses casos entra a importância do reforço alimentar e também da efetivação de programas de políticas públicas que ofereçam orientação alimentar adequada a crianças, jovens e adultos. (SPYRIDES et al., 2009). São nestes casos que mostram a real importância do PNAE na segurança alimentar de crianças, onde a o fornecimento de alimentos de cunho regional, que respeita a diversidade de alimentos de cada região do Brasil, e além do mais o aspecto nutricional, o que auxilia na saúde destes alunos que são beneficiados pela merenda escolar.

Considerações Finais

O Programa Nacional de Alimentação Escolar tem grande importância nacional, auxiliando no desenvolvimento nutricional de alunos de diversas escolas e creches de todo o país. Além de contar com alimentos oriundos da agricultura familiar o que beneficia diretamente o pequeno agricultor e gera renda aos mesmos. Contribui para o crescimento econômico dos municípios que participam efetivamente do PNAE.

Em se tratando dos municípios pertencentes ao Território Rural do Sudoeste Goiano o município que mais se destaca na implementação do PNAE é o município de Rio Verde, onde é possível notar uma participação ativa dos agricultores familiares do município em vender seus produtos produzidos em suas parcelas ou chácaras reforçando a alimentação dos alunos nas instituições de ensino do município.

Agradecimentos

Agradeço minha orientadora pelo apoio e paciência durante toda a execução deste trabalho e a Universidade Estadual de Goiás pela Bolsa de Iniciação Científica que deu todo o amparo à conclusão desta pesquisa.

REALIZAÇÃO

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2018.

CGMA – **Perfil Territorial do Sudoeste Goiano** – GO. Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_169_Sudoeste%20-%20GO.pdf> Acesso em: 06 de Agosto de 2018.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Liberações consultas gerais, município de Rio Verde - Goiás**. 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc> Acesso em 18 de fevereiro de 2018.

Instituto Unibanco. **Panorama dos territórios – Goiás**. 57p. 2017. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.org.br/wpcontent/uploads/2017/03/Panoramas_GOIAS.pdf> Acesso em: 10 de agosto de 2018.

PORTAL DOS NEDETS. **Perfil territorial Sudoeste – Go**. 7p. Disponível em
Acessado em: 02 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE – GO. **Edital de chamada Pública Nº 003/2018**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/2018_editais/27032018/35%20%20Prefeitura%20de%20Rio%20Verde_GO.pdf> Acesso em: 19 de agosto de 2018.

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS - SECUCE-GO. Dados estatísticos e informações. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/administracao/merendaescolar/>> Acesso em: 06 de Agosto de 2018a.

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS - SECUCE-GO. **Manual de orientação para a execução do programa nacional de alimentação escolar no estado de Goiás**. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/documentos/merenda/Manual%20-%20Merenda%20Escolar.pdf>> Acesso em: 15 de fevereiro de 2018b.

SPYRIDES, M. H. C. et al. Efeitos das práticas alimentares sobre o desenvolvimento e crescimento infantil. **Cad. Saúde Pública**, 2009.

WAGNER, D. GEBLEN, I. et al. **A inserção da agricultura familiar no mercado institucional: entre o direito e o acesso ao recurso da política pública**.



V Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão da UEG



Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/130136>>. Acesso em: 15 fevereiro 2018.

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás